

## MAPEANDO O CONCEITO DE VIOLENCIA POLÍTICA DE GÊNERO NO BRASIL

Danielly Jardim Milano<sup>1</sup>; Rosangela Marione Schulz<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – [daniellymilano@gmail.com](mailto:daniellymilano@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – [rosangelaschulz@gmail.com](mailto:rosangelaschulz@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como tema a Violência Política de Gênero (VPG), também entendida como Violência Política Contra a Mulher (VPCM), sob a luz dos estudos de gênero busca-se mapear e analisar uma matriz teórica, acadêmica, em emergência no Brasil. Está inserido na área de Ciência Política, produzido a partir de esforços realizados pela autora como bolsista CAPES no mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCPol) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

A VPG, por sua vez, é identificada na literatura especializada como qualquer ação, comportamento ou omissão despendida contra as mulheres eleitas, candidatas, em exercício de cargo público ou mandato eletivo, bem como contra as suas famílias, que tenha como objetivo obstaculizar, limitar e ou excluir as mulheres da vida política e exercício de seus mandatos (Krook; Restrepo Sanín, 2016; Albaine, 2018). Pode acontecer de forma direta ou indireta (Lamartine, 2021), por meio de violações de cunho físico, sexual, psicológico, simbólico e/ou patrimonial (Krook; Restrepo Sanín, 2016) que pode adquirir ainda um caráter interseccional como VPG racista ou VPG homofóbica (Matos, 2020) e ainda pode-se acrescentar com caráter transfóbico, quando o alvo da violência é a identidade de gênero.

A Lei 14.192/21 que busca prevenir, reprimir e criminalizar a violência política contra as mulheres, em 04 de agosto de 2023 completou 2 anos de vigência com 124 casos em acompanhamento pelo MPF. A lei emerge após a pauta do tema ter avançado legislativamente no restante da América Latina primeiramente na Bolívia (2012), México (2013), Panamá (2013), Paraguai (2016), Uruguai (2018), Equador (2018) e Argentina (2019). Estes países implementaram normas legais sobre o tema, mas não necessariamente legislações específicas sobre o fenômeno, pois alguns países apenas anexaram às suas leis sobre violência contra as mulheres a categoria de violência política. O Equador possui desde 2018 um projeto de lei para prevenir e sancionar o “assédio político” por motivos de gênero, porém, não avançou até então, o Perú (2021), o Brasil (2021), El Salvador (2021) e Costa Rica (2022) implementaram legislações sobre o tema.

Este atraso legislativo é refletido, e é reflexo, na recente inserção acadêmica do fenômeno nos debates sobre gênero e representação política. Como será possível observar a seguir, há uma escassa literatura acadêmica sobre o tema, portanto, uma matriz teórica em emergência no país. Para identificar esta questão, será realizada uma Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS) da discussão acadêmica sobre o tema no país, bem como análise desse material coletado através da análise de conteúdo. Buscar-se-á traçar um panorama geral sobre como o tema tem sido debatido academicamente no Brasil, tendo em vista a relevância de avançar com relação a nomear, debater e aprimorar o assunto que foi legislado recentemente e já possui clara evidência com os casos denunciados e acompanhados pelo Ministério Público Federal (MPF).

## 2. METODOLOGIA

A metodologia do trabalho é qualitativa, através da técnica de Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS) e Análise de Conteúdo. A metodologia qualitativa se enquadra nos esforços de pesquisas que buscam aproximar a teoria das realidades subjetivas que não podem ser reduzidas a variáveis, como categorias teóricas os variáveis não quantificáveis, considerando a multiplicidade de significados presente no mundo simbólico (Sampieri; Collado; Lucio, 2013). A RBS é uma técnica de revisão da literatura especializada que se atém a processos específicos de sistematização dos dados, como por exemplo a descrição detalhada do caminho percorrido para atingir determinado número de bibliografias sobre um tema ou mais de um, é definida como uma técnica de produção de dados primários quando utilizada sistematicamente. A análise de conteúdo, por sua vez, está inserida na seara de técnicas de análise de dados qualitativos (Bardin, 2011), que é empregada para sintetizar as ideias contidas, de forma descritiva ou quantitativa, em documentos, arquivos, ou outros campos não quantificados (*ibidem*).

Neste estudo será utilizada a RBS para sistematizar a literatura acadêmica sobre os termos “Violência Política de Gênero” e “Violência Política Contra a Mulher” - termos identificados mais frequentemente na América Latina. Os indexadores escolhidos para a coleta dos dados foram a Plataforma de Periódicos da CAPES e o Scientific Electronic Library Online (SCIELO), no primeiro foram utilizados ambos os termos na sessão de busca avançada (violência política de gênero [OU] violência política contra a mulher, em qualquer campo), bem como no segundo foram utilizados em duas etapas - duas buscas (violência política de gênero; violência política contra a mulher). A partir dos resultados obtidos em ambas plataformas, exportou-se as referências para o programa EndNote no qual iniciou-se o processo de análise por: 1) Título; 2) Resumo e Introdução; e 3) Texto completo. Os critérios de inclusão/exclusão dos artigos estão baseados nos objetivos do trabalho, ou seja, são incluídos trabalhos completos que versem sobre o tema da Violência Política de Gênero ou Violência Política Contra a Mulher, no Brasil. Duplicatas foram encontradas e estão expostas na análise dos resultados.

A partir desta sistematização obteve-se o conteúdo a ser analisado, com vistas a compreender como tem emergido a temática trabalhada no Brasil, academicamente. Buscou-se, através desta análise da literatura sistematizada, observar, além dos debates em torno do tema, os recortes pelos quais têm sido analisado nos trabalhos científicos do país.

## 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao realizar o caminho descrito na metodologia obteve-se um número (N) geral de 8 artigos, dos quais 1 foi duplicata. Os resultados estão descritos a seguir, após a explanação serão evidenciados brevemente o conteúdo destes materiais com vistas na compreensão das perspectivas nas quais tem sido analisado o fenômeno em pauta no Brasil. A seguir, na tabela abaixo estão quantificados os achados:

**Tabela 1 - RBS sobre violência política de gênero/violência política contra a mulher**

	VPG/VPCM	Título, Resumo e Introdução	Leitura completa	Duplicatas	Incluídos na RBS
SCIELO	56	2	1	1	0
P.P. CAPES	31	7	7	0	7
N =	87	9	8	1	7

**Fonte:** elaboração própria, com base nos dados dos indexadores *Scielo* e Plataforma de Periódicos da CAPES.

Como é possível observar, foram encontrados 87 artigos na busca, porém somente 8 destes estavam de acordo com os critérios de inclusão/exclusão, e 1 duplicata de um indexador em comparação ao outro. Identifica-se que estes 80 artigos que não foram incluídos não versavam sobre o tema, suas publicações não foram realizadas no país ou não são estudos sobre esta região definida. Sendo assim, restaram para a análise 7 artigos completos, que versam sobre o tema no Brasil.

O recorte temporal destes trabalhos é de 2020-2023, portanto percebe-se uma inserção acadêmica recente do tema - em congruência com a legislação que também é nova (2021). As revistas nas quais têm sido submetidos os trabalhos sobre a VPG estão inseridas nas áreas: 1) Direito; 2) Teorias da Democracia; e 3) Ação midiática. Destes 7 artigos, 6 possuem explicitamente a VPG no seu título, e 1 deles apenas a partir do seu resumo identifica-se o termo.

O conteúdo desses trabalhos versam, em sua maioria, sobre questões: 1) Institucionais - com relação às legislações sobre o tema e as políticas de cotas, bem como as reações das instituições e seus agentes frente ao problema, tais como: Rossi e Hein (2023); Pinho (2020); Lamartine e Henriques (2021); Lôbo, González e Aguiar (2020); 2) Teóricas - com relação especificamente ao feminismo decolonial e a análise de discurso, tais como: Souto e Souto (2022); Galvão e Vieira (2020); 3) Midiáticas - diz respeito a trabalhos que versem sobre a violência política de gênero na mídia e a partir dela, tal como: Silva e Woitowicz (2023). Todos os estudos convergem em descrever a violência política de gênero como um obstáculo à entrada, atuação e permanência das mulheres no campo político-institucional.

#### 4. CONCLUSÕES

É notável que as mulheres cresceram na política nos últimos anos, porém, também tem-se evidenciado as resistências em torno dessa tímida ascensão das mulheres e minorias neste âmbito. Sendo assim faz-se necessário, para entender esta permanência da sub-representação das mulheres observar as variáveis que tem afastado-as deste meio, e a violência política de gênero tem se mostrado não somente um fator de afastamento, mas também um obstáculo à entrada, permanência e atuação destas (Krook e Restrepo Sanín, 2016; Krook, 2017; Freidenberg, 2017, 2023; Matos, 2020).

Sendo assim, o presente trabalho buscou sistematizar e analisar as produções acadêmicas sobre o tema da VPG no Brasil, através da realização de uma Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS) e análise de conteúdo dos achados, nos indexadores *Scielo* e Plataforma de Periódicos da CAPES. Encontra-se, primeiramente, uma escassa literatura científica sobre o tema no país, e, a seguir, identifica-se que a maioria destes trabalhos está inserido na área de direito,

versando sobre as legislações do país que abarcam as mulheres na política, em sua maioria utilizando-se de comparações com outros países da América Latina (Rossi e Hein, 2023; Lamartine e Henriques, 2021; Lôbo, González e Aguiar, 2020; Pinho, 2020). A teoria feminista está presente em grande parte destes trabalhos, porém em um destes está explícita a perspectiva decolonial (Souto e Souto, 2022). Nas inovações, dentre estas acredita-se que estudos sobre a mídia (Silva e Woitowicz, 2023) possam trazer subsídios interessantes para ampliação do debate sobre o tema, bem como a análise de discurso (Galvão e Vieira, 2020) demonstra a necessidade de buscar compreender os símbolos presentes nestas violações.

Este estudo buscou contribuir para a compreensão da sub-representação das mulheres na política através da perspectiva da violência política de gênero como um fator limitante e obstaculizante da presença destas nestes espaços. Sendo assim, entende-se que perceber as análises que têm sido feitas do tema no país contribuem não só para os estudos sobre o fenômeno da VPG mas também para o enfrentamento desta variável ao nomear, evidenciar e observá-la. Avançar nestes debates inclusive contribui para a manutenção de políticas públicas que levem em consideração o contexto do país, bem como para a própria qualidade da democracia.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

FREIDENBERG, Flavia. La violencia política hacia las mujeres: el problema, los debates y las propuestas para América Latina. In: FREIDENBERG, Flavia; DEL VALLE PÉREZ, Gabriela. **Cuando hacer política te cuesta la vida**. 2017. p. 3-42.

KROOK, Mona Lena; RESTREPO SANÍN, Juliana. Género y violencia política en América Latina. Conceptos, debates y soluciones. **Política y gobierno**, v. 23, n. 1, p. 127-162, 2016.

LAMARTINE, Camila; HENRIQUES, Camila Franco. Ladies in Red: Uma análise das medidas legais de combate à violência política de gênero no Brasil e em Portugal. **Ex aequo**, n. 44, p. 93-109, 2021.

MATOS, Marlise. Mulheres e a Violência Política Sexista: Desafios à consolidação da democracia. In: BIROLI, Flávia et al. (Ed.). **Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias**. Editora da Unicamp, 2020. p. 109-142.

LOBO, Edilene; GONZÁLEZ, David Mendieta; DE AGUIAR, Daiane Moura. Gender political violence and the unfulfilled promise of substantial democracy: a look at Brazil and Colombia. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 21, n. 3, p. 185-208, 2020.

SAMPIERI, Roberto; COLLADO, Carlos; LUCIO, María del Pilar. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2013.

SOUTO, Gisleule; SOUTO, Luana. (Des)velando o Feminismo Decolonial: reflexões sobre a violência política de gênero na América Latina. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia**, v. 49, n. 2, p. 218-237, 2022.

PINHO, Tássia. Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. **Estudos Feministas**, v. 28, n. 2, 2020.

GALVÃO, Rosane Queiroz; VIEIRA, Viviane Cristina. Penetras na Festa da Democracia: violências políticas de gênero no Brasil. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, v. 20, n. 2, p. 92-111, 2020.

ROEHE, Hanna Rossi; DE CAMPOS, Carmen Hein. VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO: a experiência do Brasil e da Bolívia. **Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos**, v. 8, n. 2, 2023.

SILVA, Jaqueline Andriolli; WOITOWICZ, Karina Janz. A COBERTURA DAS ELEIÇÕES 2020 NOS PORTAIS CATARINAS E GÊNERO E NÚMERO: ASPECTOS DO JORNALISMO ALTERNATIVO FEMINISTA. **Ação Midiátic**, v. 25, n. 1, 2023.